

45º Encontro Anual da Anpocs

GT 30 – Pensamento Social do Brasil

Gramsci e o enigma da hegemonia no pensamento político de Francisco de Oliveira

Camila Góes

Doutora em Ciência Política pela UNICAMP

1) Introdução

Ruy Braga denominou como sendo uma “odisseia gramsciana” o esforço presente na coletânea organizada por ele, Francisco de Oliveira (1933-2019) e Cibele Rizek, “Hegemonia às avessas” (Braga, 2010, p. 14). Os capítulos contidos na obra, que já em seu título expunha uma noção cara ao pensamento de Antonio Gramsci, buscavam examinar a experiência representada pelos governos de Lula, bem como o significado da crise financeira de 2008 para o futuro do capitalismo. A provocação do título havia sido originalmente lançada por Francisco de Oliveira,¹ tendo ganhado contornos coletivos ao se constituir como ponto de partida para os debates levados à frente do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) da Universidade de São Paulo (USP) em 2008 e que resultariam organizados naquele livro, publicado um par de anos depois. Não era ocasional que o desafio fosse formulado em termos gramscianos – é traço relevante da obra de Oliveira a referência ao “pequeno grande sardo”, como costumava designá-lo.

A despeito da frequência com que o sociólogo tenha recorrido ao pensamento gramsciano para formular problemas contemporâneos e históricos de grande alcance, tanto em seus textos de intervenção política como em seus ensaios de interpretação histórica, pouca atenção tem sido dada a essa questão.² A literatura registrou na obra de Francisco de Oliveira a presença do filósofo francês Jacques Rancière, ou mesmo de Adorno e da chamada “Escola de Frankfurt”³ – ambas referências que despontaram nas reflexões realizadas por Oliveira ao longo da década de 1990. O enfoque “introvertido” da abordagem também foi lembrado,⁴ no constante diálogo com autores e teorias, nacionais e latino-americanas: destacadamente Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento, mas também Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e a teoria da dependência, além dos colegas do CEBRAP, Octavio Ianni, Paul Singer, Roberto Schwarz,

¹ Uma primeira versão do artigo “Hegemonia às avessas” havia sido publicada em *Piauí*, Rio de Janeiro/ São Paulo, n. 4, jan. 2007.

² Além da autorreflexão proposta por Braga na apresentação de *Hegemonia às avessas*, destaca-se, a título de exceção, o capítulo de Maria Elisa Cevasco, “Reverse hegemony?” (2020) e menção de Alvaro Bianchi em “O Brasil dos Gramscianos” (2020a, pp. 315, 316 e 317).

³ Ver, por exemplo: Maar, Wolfgang Leo, “A teoria crítica da sociedade brasileira de Francisco de Oliveira”; Cohn, Gabriel, “Contemporaneidade tensa” e Mello e Silva, Leonardo, “Chico de Oliveira, sociólogo”, os quais integram a coletânea *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica* (2006); Szwako, José ver “Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do CENEDIC”, *Lua Nova*, n. 78, 2009 e “A tarefa da crítica ou Frankfurt nos trópicos”, *Revista Fevereiro*, n. 6, setembro de 2013; Mendes, Flávio da Silva, “O ovo do Ornitórinco: a trajetória de Francisco de Oliveira”, Departamento de Sociologia [*Tese de Doutorado*], Universidade Estadual de Campinas, 2015.

⁴ Termo sugerido por Mello e Silva, Leonardo, “Chico de Oliveira, sociólogo” (2006).

entre outros. No que diz respeito aos estudos gramscianos, embora seja fácil identificar os conceitos de Gramsci em seu pensamento, bem como o diálogo de Oliveira com os nomes mais proeminentes do campo no Brasil, como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, nenhum estudo se concentrou sobre este aspecto.

Este artigo tem como objetivo, portanto, apresentar notas iniciais de pesquisa a respeito do lugar ocupado por Antonio Gramsci (1891-1937) no pensamento político de Francisco de Oliveira. A hipótese geral é a de que o pensamento de Gramsci tenha marcado presença na obra de Oliveira desde meados dos anos 1970, ainda que de maneira difusa, como forma de incorporar a dimensão política em seus estudos sociológicos e econômicos sobre as classes sociais, a hegemonia burguesa e a questão regional no Brasil. O problema específico que se buscará explorar, contudo, surgiu a partir dos anos 1990, quando as proposições de Oliveira começaram a por em xeque a eficácia do aparato conceitual gramsciano, em especial sua noção de hegemonia. Suas análises sobre os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso apresentaram uma oscilação a esse respeito, na conformação de um verdadeiro enigma sobre quais seriam as consequências, em termos hegemônicos, dos novos tempos inaugurados pelo neoliberalismo. Na tentativa de decifrá-lo, Oliveira oscilou entre reconhecer uma vocação hegemônica ao projeto neoliberal – cujos contornos, no Brasil, teriam sido definidos sob a liderança de FHC, seu “*condottiere*” – e abandonar a própria noção de hegemonia, sinalizando um deslocamento aos conceitos de “totalitarismo” e “*apartheid*”.

O desenrolar desse processo, ao longo dos anos 1990, levou Oliveira a delinear um problema teórico e político de amplas proporções. Já não se trataria mais de uma impossibilidade de hegemonia, típica aos casos de revolução passiva, nem mesmo de sua possibilidade, tendo em vista a ampla disseminação dos valores dominantes, como o da estabilidade monetária (Oliveira, 1998 [1997], p. 201). Uma diferença crucial daquela conjuntura arriscava tornar o conceito de hegemonia impróprio: o neoliberalismo teria renunciado, segundo o sociólogo, o projeto de universalização dos valores burgueses (Ibid., p. 202). No Brasil, essa renúncia significava nada menos que o desmantelamento do campo de significados criado pelo processo contraditório de “revolução passiva”, assumindo abertamente uma “cara totalitária” (Ibid., p. 203). Globalização sem autonomia dos sujeitos sociais e dos indivíduos poderia desembocar, segundo alertava o sociólogo em 2002, numa “Auschwitz além de Auschwitz: sem fornos crematórios, mas onde se

consomem senão os corpos, pelo menos, qualquer possibilidade de contato humano” (Ibid., p. 96).

Naquele mesmo ano, o enigma da hegemonia ganharia enorme complexidade com a chegada de Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal. Estar-se-ia em face de um ressurgimento do conflito hegemônico? A perspectiva gramsciana teria ganhado nova vida? O inusitado está em que Oliveira, que havia fundado o PT no início dos anos 1980, tivesse oscilado quanto à atribuição de uma vocação hegemônica aos governos da direita, mas que no período lulista jamais tivesse aventado a possibilidade de entendê-lo como “contra-hegemonia”. Contrainstintivamente, o sociólogo não hesitaria mais a esse respeito, abandonando de vez o conceito. Logo no primeiro ano do governo de Lula, em 2003, Oliveira sairia do partido e publicaria um notável ensaio de interpretação sobre o Brasil propondo um novo nome ao particular modo de desenvolvimento capitalista no país: *O Ornitorrinco*. A realidade brasileira era traduzida a partir da metáfora do ornitorrinco, uma figura bizarra na qual o subdesenvolvimento teria sido superado, permitindo a chegada do país de modo pleno ao mundo moderno, mas sem que isso tivesse permitido deixar para trás as enormes desigualdades sociais existentes no país. Tratar-se-ia de uma evolução truncada que, embora funcionasse bem do ponto de vista da acumulação, teria resultado numa das sociedades capitalistas mais desigualitárias do mundo (Oliveira, 2003b, p. 143).

No que tangia o enigma hegemônico, Oliveira era categórico: “a hegemonia, na fórmula gramsciana, elabora-se na superestrutura, e nas suas específicas condições *o ornitorrinco não tem ‘consciência’*, mas apenas replicação superestrutural” (Ibid., p.149-150, *grifos nossos*). Poucos anos depois, seria mais uma vez incisivo. Oliveira acreditava estar em curso uma “revolução epistemológica”, para a qual ainda não se disporia de ferramenta teórica adequada.⁵ O sociólogo, então, propunha uma nova perspectiva: por trás do conjunto de aparências representadas pelos governos de Lula, o elemento “força” teria desaparecido da equação “força + consentimento”. Sua hipótese era a de que teria surgido, então, uma nova forma de dominação social que inverteria os termos gramscianos, sendo própria e funcional ao capitalismo mundializado. Estaríamos diante de uma “hegemonia às avessas” (Oliveira, 2010 [2007], p. 24).

⁵ André Singer já havia destacado a “encrenca” identificada por Oliveira em sua introdução ao livro *Os sentidos do lulismo* (2012, p. 39). Aproveito para agradecer ao autor que voltou a destacar o problema em conversa comigo, incentivando-me a pesquisá-lo, no início de 2021.

Na contracorrente das análises que julgavam a vitória eleitoral de Lula sob o signo da esperança, Oliveira passava a entendê-la como a anulação das esquerdas no Brasil (ibid., p. 25). Tendo isso em vista, quais teriam sido as transformações que fizeram Oliveira, um petista de primeira ordem, ter passado a esta oposição crítica radical que subsumia a um só tempo sua aposta na política e na proficuidade do pensamento de Antonio Gramsci para pensar o mundo contemporâneo? Quais modificações Oliveira teria introduzido ao conceito de hegemonia a partir de sua tradução? Para cumprir com o objetivo de enunciar possíveis respostas a essas questões, se buscará, em primeiro lugar, situar os conceitos gramscianos no contexto italiano sobre o qual Gramsci refletia e atuava e, em seguida, acompanhar o seu desembarque no Brasil a partir do percurso argumentativo de Francisco de Oliveira, contextualizando-o de modo a confrontar suas hipóteses, posições e soluções teóricas às transformações que se sucediam no âmbito da história e da política no Brasil e no mundo.

2. A fórmula gramsciana e a centralidade da política

Desde a primeira vez que o conceito de hegemonia aparecia nos *Cadernos do Cárcere*, numa nota sobre o *Risorgimento* (1848-1871), Gramsci já indicava os termos da fórmula que se tornaria célebre. Haveria duas formas de uma classe exercer seu domínio: isto é, como “dirigente” e como “dominante” (C 1, § 44, p. 40).⁶ Enquanto fosse dirigente das classes aliadas, seria dominante das classes adversárias. Por isso, já antes da chegada ao poder, uma classe poderia ser “dirigente”, e deveria sê-lo, e chegando lá tornar-se-ia dominante, mas continuaria a ser “dirigente” (C 1, § 44, p. 41). Para Gramsci, portanto, não só se poderia, como se deveria, “exercer uma ‘hegemonia política’ mesmo antes da chegada ao governo”, e não seria necessário “contar apenas com o poder e sobre a força material que ele dá para exercitar a direção ou hegemonia política” (C 1, § 44, p. 41).

Reformulada alguns anos depois, uma segunda versão da nota reforçaria o argumento: “a supremacia de um grupo se manifesta em dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (C 19, § 24, p. 2010). Aqui, o termo “hegemonia política” era substituído por “atividade hegemônica” e “direção eficaz” (C 19, § 24, p. 2011). Com isso, se indicava que, embora a atividade hegemônica e a direção eficaz dos

⁶ Será utilizada a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975 na Itália. As citações serão feitas da seguinte forma: C. “X”, para o número do Caderno, § “Y”, para o parágrafo, e p. “Z” para a página na referida edição.

grupos aliados tivessem início antes da conquista do poder, elas só se realizariam plenamente após as forças dirigentes mobilizarem o Estado (Bianchi, 2020b, p. 48). Ou seja, excluía-se a possibilidade de entender a hegemonia em sentido meramente cultural. Era sempre a respeito da política que Gramsci estava refletindo, ainda que lançasse mão de outras expressões, como “hegemonia cultural” e hegemonia intelectual” (Ibid., p. 48).

Em situações “normais”, direção e dominação, consenso e coerção, encontrar-se-iam numa relação orgânica de equilíbrio. Tal relação só se dissolveria nas situações de “crise de autoridade”, conforme afirmava famoso trecho sobre o assunto: “Se a classe dominante perdeu o consenso, isto é, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’ detentora de pura força coercitiva, isto significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais naquilo que antes acreditavam etc. *A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados*” (C 3, § 34, p. 52, *grifos nossos*).⁷ A “crise de autoridade” ou “crise de hegemonia” de que falava Gramsci seria tema de outro parágrafo. Tendo em vista a trajetória dos partidos parlamentares europeus do pós-guerra (Bianchi, 2020c), este seria dedicado à situação em que se rompe a relação entre representantes e representados: “Em um certo ponto da vida histórica, os grupos sociais se destacam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituíam, os representavam e os dirigiam não são mais reconhecidos como expressão de sua classe ou fração de classe” (C 13, § 23, p. 1603).

A crise subverteria o funcionamento normal do regime parlamentar, no qual a “democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consenso dos governados)” (C 12, § 12, p. 1547). Segundo Gramsci, uma vez que esta relação se rompesse, as situações imediatas se tornariam “delicadas e perigosas”, porque o campo se abriria “às soluções de força, às atividades de potências obscuras representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (C 13, § 23, p. 1603). Na Itália, a crise da democracia liberal do pós-guerra teria coincido, justamente, com uma *crise de hegemonia*. Por isso, Gramsci alertava para os perigosos rumos que uma crise

⁷ Teóricos como Chantal Mouffe (2005 [1993], 2013, 2018), Nancy Fraser (2018, 2020 [2019]), Wolfgang Streeck (2016) e Boaventura de Souza Santos (2020a, 2020b, 2020c) retirariam deste trecho suas hipóteses de interpretação sobre a crise contemporânea.

política poderia tomar, dada a situação particular que a crise italiana encontrara com a ascensão do fascismo.

A fórmula da hegemonia como equilíbrio orgânico entre coerção e consenso e demais reflexões sobre os momentos de crise e de ascensão de movimentos autoritários sob a batuta de líderes carismáticos, seriam algumas das contribuições teóricas de Gramsci que ajudariam a refletir não só sobre a situação italiana, mas transitariam pelo mundo de modo a pensar a política no século XX e mesmo no XXI. Outra das categorias gramscianas que encontrariam ampla tradução no mundo, especialmente na América Latina, seria a de “revolução passiva”.⁸ O conceito, correlato ao de hegemonia, também fora desenvolvido por Gramsci em suas análises sobre o *Risorgimento*, em que buscava explicar os modos pelos quais o partido dos moderados, com apoio dos conservadores liberais, teria conseguido dirigir politicamente a unificação italiana.

Teria sido mérito da direção eficaz dos moderados “a brilhante solução” dada à condução do *Risorgimento*, “nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’” (C 19, §24, p.2011). Os partidários de esquerda, republicanos e democráticos, não teriam sido capazes de contrapor à atividade “empírica” dos moderados um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, especialmente dos camponeses (C 19, §24, p.2013). Era nesse sentido que Gramsci os comparava aos jacobinos franceses que, por sua vez, teriam lutado com obstinação e alcançado êxito em assegurar uma ligação nacional entre cidade e campo, intelectuais e povo-nação (C 19, §24, p.2014). O Partido d’Ação italiano, ao contrário, teria sido incorporado, por “transformismo”,⁹ à política dos moderados, deixando excluídas as massas populares do

⁸ Ver: *La cola del diablo*: Itinerario de Gramsci en América Latina (Aricó, 2014 [2005]); “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” (Coutinho, 1993 [1985]), *A revolução passiva*: Iberismo e americanismo no Brasil (Werneck Vianna, 2004). Sobre a tradução do conceito no Brasil, escrevi artigo em coautoria com Bernardo Ricupero: “Revolução Passiva no Brasil: uma ideia fora do lugar?” (Góes; Ricupero, 2014). Analisei, na tese de doutorado, a tradução do conceito realizada por Vianna nos anos 1980 em seu percurso na revista *Presença*: “*Presença* e a renovação frustrada: centralidade democrática e os caminhos da revolução passiva brasileira” (Góes, 2020).

⁹ A noção de transformismo é importante ao esquema conceitual da “revolução passiva”: “Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (...) Esse elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de ‘transformismo’...” (C 15, §11, p. 1767). Em suma, o transformismo seria o nome dado a uma ação hegemônica intelectual, moral e política, que integra a função de domínio, por meio do qual um grupo social absorve as elites dos grupos inimigos, levando à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo (C 19, §24, p. 63).

novo Estado (C 19, §26, p.2042). Gramsci destacava, portanto, que no processo do *Risorgimento* a classe dirigente italiana teria absorvido habilmente as elites dos grupos inimigos. Assim, teria se formado uma ampla classe dirigente que, por “revolução passiva”, permitira a unificação do país. Essa dinâmica revelava uma luta por “guerra de posições” que levaria, mais de meio século depois, num momento de crise de hegemonia, ao advento do fascismo (Ciccarelli, 2017, p. 360).

Os conceitos desenvolvidos pelo marxista sardo buscavam oferecer uma interpretação mais avançada ao processo de unificação italiana e denunciar o conteúdo político das críticas conservadoras endereçadas ao regime parlamentar que teria se seguido na Itália.¹⁰ A análise de como, no contexto italiano, a modernização capitalista teria sido dirigida por uma coalizão conservadora, encontraria proficuas analogias com o processo de modernização brasileiro conduzido pelo Estado, sobretudo no período da ditadura. Os conceitos de “hegemonia”, “crise de hegemonia” e “revolução passiva” seriam muito explorados no debate da esquerda brasileira dos anos 1970 e 1980.¹¹ Os conceitos transitariam da Itália ao Brasil para pensar a crise política que, naquele período, não era como a da democracia parlamentar italiana do início do século, mas do regime militar. O debate teórico e político girava ao redor de como interpretar os “anos de chumbo” que haviam modernizado o país “pelo alto” e o particular processo de transição à democracia então em curso. Francisco de Oliveira, que nos anos 1970 já possuía uma trajetória política e intelectual considerável, ocuparia um lugar de destaque nesta querela.¹²

3. Luta de classes e hegemonia burguesa no Brasil

Já localizado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) naquele período, Oliveira escreveria influentes ensaios de interpretação do Brasil: destacadamente “Crítica à razão dualista” em 1972,¹³ mas também “Elegia para uma re(li)gião” em 1977.

¹⁰ Gramsci denunciaria o conteúdo reacionário e mesmo despótico veiculado por essas críticas, originalmente realizadas pelos “elitistas”, tendo sido depois apropriadas pelo fascismo (Bianchi, 2020c).

¹¹ Ver nota 8.

¹² Oliveira havia se graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco em 1956, onde foi um dos fundadores do Movimento Estudantil de Pernambuco, ligado ao Partido Socialista Brasileiro. No final dos anos 1950, trabalhou como economista na Sudene ao lado de Celso Furtado. A bem-sucedida carreira como burocrata seria interrompida pelo golpe de 1964, quando foi preso por dois meses tendo depois seguido ao exílio no Chile, na Guatemala e no México, onde atuou como professor. No retorno ao Brasil, no início dos anos 1970, Oliveira passaria a integrar o CEBRAP, o que marcaria a inflexão mais importante de sua trajetória intelectual.

¹³ O ensaio foi primeiramente publicado no segundo número da revista *Estudos* CEBRAP em 1972, em 1975 e 1976 foi reeditado no primeiro Seleções CEBRAP, em 1981 transformado em livro pela editora Vozes e, por fim, reeditado pela Boitempo em 2003.

O primeiro texto, considerado um “momento divisor” por Werneck Vianna,¹⁴ já lançava mão do conceito de hegemonia – embora não explicitasse a fonte – como forma de incorporar a política às análises das condições econômicas. A ambiciosa proposta do ensaio era a de revisar o modo de pensar a economia brasileira a partir de 1930, quando a industrialização passara a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema (Oliveira, 2003c [1972], p. 29). Reagindo às elaborações da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), mas também aos teóricos da dependência, Oliveira estava especialmente interessado nos aspectos internos das estruturas de dominação que conformaram as estruturas de acumulação próprias ao Brasil (Ibid., p. 33).

Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, e a exemplo da história italiana, o deslocamento de hegemonia entre as classes dominantes brasileiras não havia exigido uma ruptura total do sistema, por razões históricas e que depois se tornariam estruturais (Ibid., p. 63). Em síntese, inaugurava-se, a partir de 1930, “um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias” cujo “sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia” (Ibid., p. 64-65). No entanto, o processo teria se dado sob condições externas geralmente adversas – “e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema” (Ibid., p. 65).

Sob esse pacto se deu os condicionamentos estruturais da expansão do capitalismo no Brasil, sem demandar a destruição completa do antigo modo de acumulação. Haveria, por isso, consequências específicas da hegemonia burguesa no país vistas, por exemplo, em sua conformação regional, tema do segundo texto, centrado sobre o Nordeste. O intuito, neste caso, era o de entender a região “num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista” (Oliveira, 2008 [1977], p. 142). Aqui, Oliveira (2008 [1977], p. 145) já citava como referência ao seu ponto de vista teórico e metodológico o pensamento de Gramsci – em especial seus escritos sobre *A questão meridional* e *Il Risorgimento* – como o que havia de mais avançado no campo

¹⁴ Em entrevista realizada em 2010, Werneck Vianna afirmou que: “Um momento divisor nesse grupo [do CEBRAP] é o artigo do Francisco de Oliveira, a ‘Crítica à razão dualista’, que critica o CEBRAP, critica o Fernando e recebe a aprovação e a consagração de todos, inclusive do Fernando. Esse momento foi muito importante para mim. Muitas coisas do *Liberalismo e sindicato no Brasil* derivam diretamente do Francisco de Oliveira”.

marxista a respeito do tema regional.¹⁵ O ponto alto sugerido pelo marxista sardo, segundo o sociólogo, teria sido o de mostrar o *Mezzogiorno* como parte imprescindível da gênese do capitalismo na Itália e de suas debilidades, e não um resíduo pré-capitalista. Era este o desafio teórico que Oliveira se colocava para pensar as relações contraditórias entre Norte-Sul no Brasil. No Brasil, o desenvolvimento industrial de São Paulo teria forjado “*uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior” (Oliveira, 2008 [1977], p. 199, *grifos do autor*). Tratava-se de “um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia a ser hegemônica*” (Ibid., p. 200, *grifos do autor*).

Para além das publicações propriamente acadêmicas, como nas versões circuladas na revista *Estudos* CEBRAP, vale destacar a atuação de Oliveira na imprensa alternativa de oposição à ditadura daquele momento. Ambos os ensaios seriam discutidos nos jornais *Opinião* e *Movimento* durante os anos 1970.¹⁶ Mas se os textos que circularam na imprensa alternativa em meados dos anos 1970 estivessem mais focados aos elementos econômicos, seria a política que dominaria os artigos de Oliveira na virada da década. Nos anos 1980, o sociólogo estava animado com a movimentação da sociedade brasileira, em especial com as camadas populares, nas quais depositava sua confiança.¹⁷ De modo particular, essa confiança seria redobrada com sua aposta no partido que ajudaria a fundar, o Partido dos Trabalhadores, como se pode ver na introdução ao livro de Mário Pedrosa sobre o PT lançado em 1980 em que Oliveira dizia testemunhar “a construção de um partido de massas, nascido nas lutas reais das classes trabalhadoras brasileiras, posto como necessidade histórica (...) que emerge como grave desafio de fazer entrar, por ele, os

¹⁵ Neste texto, Oliveira citava a edição italiana, mas ainda a organizada tematicamente por Palmiro Togliatti. O texto pré-carcerário sobre a Questão Meridional, por sua vez, seria citado por intermédio do livro da teórica italiana Maria-Antonietta Macciocchi, intitulado *A favor de Gramsci*, editado e traduzido pela Paz e Terra em 1977. Neste mesmo ano a íntegra do texto em português sobre o *Mezzogiorno* sairia publicada no primeiro número da revista *Temas de Ciências Humanas*.

¹⁶ No primeiro, Oliveira publicou um total de onze artigos, entre 1972 e 1975, e no segundo, vinte artigos entre 1975 e 1980 (Mendes, 2015). Alguns dos números de *Movimento* estão disponíveis digitalizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Os jornais *Opinião* e *Movimento* estão disponíveis integralmente na biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH/USP).

¹⁷ Nas páginas de *Movimento* que anunciavam a queda da censura em meio à Copa do Mundo de futebol, aparecia destacada a confiança de Oliveira nas massas populares naquela conjuntura: “não creio que, qualquer que seja o resultado da caminhada da seleção brasileira nesta Copa do Mundo da Argentina, exitosa ou desastrosa, tenha repercussão significativa sobre o andamento da política no Brasil. Porque acredito *que a conscientização que está havendo e se aprofundando, entre as grandes massas populares, não permite uma manipulação tão grosseira e descarada*” (Oliveira, 1978, p. 10, *grifos nossos*).

trabalhadores no plano da política, isto é, no plano do Estado” (Oliveira, 1980a, p.9-10, *grifos nossos*). A entrada dos trabalhadores na “institucionalidade burguesa”, segundo a visão do sociólogo em 1980, era requerida para que com isso se pudesse ultrapassá-la. A ultrapassagem era necessária de modo a “não morrer na praia das *ilusões socialdemocratas*” (Ibid., *grifos nossos*).

A partir dos anos 1980, com o fim do jornal *Movimento*,¹⁸ parte desse debate seria absorvido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, ao qual Oliveira faria diversas contribuições e em que é possível flagrar seu engajamento com o projeto petista.¹⁹ Apesar do otimismo da redemocratização e a aposta na política, o sociólogo revelava uma visada pessimista sobre os rumos da crise econômica: a despeito da maior dependência e da perda de soberania, a internacionalização das economias capitalistas era vista como um fato irreduzível (Oliveira, 1980b, p. 4). O tom pessimista era reforçado em matéria do mês seguinte, em que assegurava não enxergar possibilidades de geração de novos empregos ou de melhores salários. “O sonho acabou”, dizia Oliveira (1980c, p. 4).²⁰

Entre 1982 e 1984,²¹ o sociólogo realizaria um estágio de pesquisa na França em que, nas palavras dele, “pôde estudar o Estado de Bem-Estar Social *in loco*” (Oliveira, 1984, p.34). Sob forte impacto da socialdemocracia europeia, Oliveira iniciaria dois estudos: um primeiro focado sobre a estrutura de classes na Bahia²² e outro que expressaria sua redobrada aposta na política, mais especificamente na possibilidade de forjar um novo pacto de classes no Brasil baseado num “antagonismo convergente” que fizesse valer os “Direitos do Antivalor”. Gramsci permaneceria a ser destacado como o autor que teria recolocado a política como dimensão essencial do movimento de “re-conhecimento” de uma classe em relação às outras. Mais uma vez, era sob os ombros do “pequeno grande

¹⁸ Cf. “O jornal Movimento: a experiência na luta democrática” (Sousa, 2014).

¹⁹ Pesquisadores acadêmicos tornaram-se assíduos frequentadores das páginas das revistas e jornais. Em especial, a *Folha de S. Paulo* desenvolveu uma política de aproximação com a intelectualidade abrindo-lhe as páginas do suplemento dominical *Folhetim* e reservando-lhe a sessão *Tendências/Debates*. Intelectuais vinculados ao PT contribuíram com 416 artigos ao jornal *Folha de São Paulo* entre 1978 e 1984, dentre os quais Oliveira, com doze artigos. (Almeida, 1997, p. 39 e p. 70).

²⁰ Oliveira completava: “não vai haver mais o milagre de pessoas das classes humildes, das classes oprimidas, fazerem o trânsito social, mesmo que continue havendo um aumento das universidades. E digo isso porque durante algum tempo a educação foi utilizada como elemento que facilitava esse trânsito. Esse sonho também acabou” (Oliveira, 1980c, p. 4).

²¹ O período em que Oliveira permaneceu na França coincidiu com o início do primeiro mandato presidencial do socialista François Mitterrand, que havia assumido em maio de 1981.

²² Conforme explicou Oliveira em sua introdução, o livro *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*, publicado originalmente em 1987, foi o resultado de uma encomenda da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no quadro de um projeto do Comitê de Economia e Sociedade, da Associação Internacional de Sociologia, em Paris, em outubro de 1983.

sardo” que Oliveira avançava em sua concepção da política como o espaço de relação entre a objetividade da infraestrutura e a subjetividade de suas representações (Oliveira, 2003 [1987], p. 18).

A discussão sobre a socialdemocracia acompanhava a reflexão sobre as mudanças na estrutura de classes do capitalismo. *O elo perdido* revelava as raízes de uma estrutura contemporânea no Brasil marcada pela indeterminação, sobretudo quando comparada ao padrão europeu. Aqui o “setor informal”, diversamente ao caso dos países capitalistas desenvolvidos, provavelmente não desapareceria (Ibid., p. 71). As consequências no plano da política seriam graves. Para o sociólogo, a possibilidade deste amplo grupo social construir uma identidade comum estaria interdita, restando à luta de classes buscar alternativas dentro do Estado (Oliveira, 1998 [1988], p. 39). O *Welfare*, em sua visão, abriria um espaço para o conflito em que, na metáfora com o jogo de xadrez, “os territórios de cada peça – no caso, de cada direito – são previamente mapeados e hierarquizados, isto é, não se trata de um campo isomorfo e isônimo” (Ibid., p. 39). Os adversários saberiam quando invadissem determinada área, pois “a hierarquia da dama, da torre ou do cavalo seria *dada*”. Segundo Oliveira, a luta consistiria em buscar alternativas que anulassem a posição previamente hierarquizada, e o poder de fogo, das peças mais importantes (Ibid., p. 39).

A metáfora do xadrez serviria para destacar o que seria característico da construção da esfera pública: “a construção e o reconhecimento da alteridade, do outro, do terreno indevassável de seus direitos, a partir dos quais se estruturam as relações sociais” (Ibid., p. 39). Ao contrário, nos “Estados de mal-estar”, a metáfora seria a do jogo de damas: “com uma penada, o governo poderia reduzir salários, aumentar impostos a seu bel-prazer, confiscar bens – menos os da burguesia” (Ibid., p. 39). O desafio estaria em construir um espaço de esfera pública e de democracia em que os interesses dos sujeitos políticos pudessem prevalecer à pura lógica do mercado e do capital. Nisso, as relações entre as classes não mais buscariam a anulação da alteridade, mas se ajustariam numa perequação mediada pelo *fundo público*. A democracia representativa seria o espaço institucional em que classes e grupos sociais poderiam intervir, constituindo, com isso, um *terreno do público*, acima do privado (Ibid., p. 41). Ao realizar isso, o Estado de Bem-Estar Social teria politizado a relação do fundo público com cada segmento da reprodução social. O ataque da direita aos gastos públicos, com a crise do fim dos anos 1980, abalaria, portanto,

os fundamentos da democracia moderna, que correria o risco de se ver transformada “numa democracia de interesses” (Ibid., p. 47).

Diferentemente do que havia se dado nos países de capitalismo desenvolvido, o neoliberalismo no Brasil não se apresentava como uma reação à socialdemocracia e ao Estado de Bem-Estar Social, mas contra um processo ainda incipiente de ampliação da esfera pública e dos direitos da cidadania. O conflito de classes codificado entre um padrão renovado de continuidade de uma força autoritária e excludente, e a possibilidade de avanços democráticos apareciam na primeira eleição direta para presidência do Brasil em 1989. Para Oliveira, fora possível entender tal disputa eleitoral desta forma – sem paralelos e precedentes até então – dada a transformação de uma crise do regime a uma *crise de hegemonia* promovida pela ascensão do candidato Lula ao segundo turno do pleito (Oliveira, 1992, p. 21). É neste momento que se nota o início de um processo de inflexão no raciocínio de Oliveira. O sociólogo começava a sugerir uma nova hipótese de interpretação para a relação de dominação social sob o neoliberalismo. Esta não poderia ser entendida mais, em sua opinião, como um projeto hegemônico.

4. O neoliberalismo no Brasil: “além da hegemonia, além da democracia”

Com o advento neoliberal, teria passado a hora da hegemonia (Oliveira, 1993a, p. 54). Pensando a eleição e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, cinco anos depois, entretanto, Oliveira se contradiria. Diferente de Collor, que teria sido um “estouro imprevisto”, o projeto conduzido por FHC seria duradouro, possuiria longa elaboração social e contaria na figura do presidente com um “*condottiere* no sentido mais rigoroso do termo”, e a excepcionalidade de sua personalidade seria um elemento constitutivo da hegemonia (Oliveira, 1998 [1995], p. 178). A reeleição de FHC continuaria a ser vista como parte da estratégia política de um grupo que teria pretensões hegemônicas. Aqui, mais uma vez, o sociólogo arriscava uma definição do fenômeno: “existe dominação e hegemonia. Pode-se dominar politicamente, economicamente, mas só há hegemonia quando você faz o dominado pensar como você” (Oliveira, 1998, p. 162).

Em 1995, após vinte e cinco anos de colaboração, Oliveira deixaria o CEBRAP e ajudaria a criar o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC). A participação no atual CENEDIC inaugurava a última fase de sua produção intelectual (Braga, 2019). Como o nome do centro revelava, ainda nesse momento havia um relativo otimismo frente às potencialidades político-democráticas brasileiras. No entanto, ao longo dos anos 1990,

Oliveira iria paulatinamente abandonando esta posição e o *otimismo da vontade* parecia ir cedendo espaço ao *pessimismo da razão*. Mesmo a possibilidade de um arranjo capitalista efetivamente “moderno” no país, que se ancorasse na negociação interclassista, como a experiência do chamado “Acordo das Montadoras” havia expressado,²³ seria colocada em questão.

O seminário internacional com o qual o NEDIC inaugurava seu primeiro evento na USP, no primeiro semestre de 1997, buscava refletir sobre os processos de construção de uma economia mundializada e o conflito que seria travado, em seu interior, pelo sentido da democracia (Paoli, 2000 [1997], p.11). Em sua contribuição, Oliveira já estava orientado a caracterizar o sentido totalitário da transformação neoliberal. A incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia não seria uma novidade ao Brasil, mas traço constitutivo da formação da sociedade brasileira. Todo o lento e incompleto esforço de democratização teria decorrido inteiramente por iniciativa das classes dominadas, tendo sido interrompido sucessivamente por um complexo processo de violências que contou com duas ditaduras e diversos golpes falhados, chegando até à Constituição de 1988 (Oliveira, 2000 [1997], p. 59 e 62). O seu dismantelamento, entretanto, não seria lento.

A tentativa de anular a política construída pelas classes dominadas se revelaria um intenso e acelerado processo. A hipótese levada adiante por Oliveira era a de que estaria em curso uma regressão do Estado como “comunidade ilusória” para o “mero chão de interesses privados que, já agora, não se universalizam” (Ibid., p. 69). Isto é, não haveria mais a necessidade de se livrar de sua forma de interesses privados, ainda que na aparência, “*tal o nível da dominação*, ou sobretudo da experiência subjetiva vivida pela burguesia” (Ibid., p. 69, *grifos nossos*). Ainda que não se tratasse de um fenômeno criado por FHC, teria sido sob sua batuta que a “ideologia oficial” de “carga simbólica mortífera” teria se expandido de forma extraordinária (Ibid., p. 74). O mostrengo neoliberal brasileiro que, “como um Frankenstein”, era constituído de “pedaços de socialdemocratas, antigos e novos oligarcas do Nordeste, populistas de direita, trãnsfugas de esquerda” passava por uma metamorfose. Sua face real era, segundo Oliveira, a do totalitarismo (Ibid., p. 81).

²³ Sobre o “Acordo das Montadoras” afirmou Oliveira: “O Acordo, exatamente em razão da história pregressa que o possibilitou, é uma forma extremamente nova e inovadora das e nas relações capital-trabalho no Brasil. (...) Para resumir, ele revela capacidade de comportamento estratégico, moldada, quase imposta, pelas fortes restrições da conjuntura, mas desenhada para ter efeitos estruturais” (Oliveira, 1993b, p. 3).

O paradoxo é que a política fosse esvaziada no momento em que possivelmente estivesse se ampliando a “participação da cidadania” e a representação democrática, tal como poderia ter indicado as eleições de 2002. Os termos do debate eram bem sintetizados no título de um dos seus textos dedicados ao tema: “O Enigma de Lula: Ruptura ou Continuidade?”. Segundo Oliveira, a eleição de Lula tinha tudo para parecer ser não só o encerramento da “Era FHC” como também o fim do “longo ciclo da via ‘passiva’ brasileira” (Oliveira, 2005, p. 96). O significado da expressão, “que vem de Gramsci, evidentemente”, era explicitado: “trata-se de pensar a expansão capitalista na periferia contraditoriamente sem mercado, pela via autoritária de uma fortíssima coerção estatal” (Ibid., p. 96). Os termos da “conjuntura de confusão” haviam sido colocados já no calor do momento, como é possível identificar em texto publicado poucos meses após a primeira vitória de Lula, intitulado “Entre São Bernardo e a Avenida Paulista?” (Oliveira, 2002b, p. A11). Ainda filiado ao PT, Oliveira apresentava desde o início um tom crítico à política econômica ortodoxa, “para não dizer tucana”, apresentada pelo plano de governo de Lula. No entanto, mantinha acesa a possibilidade de que o governo petista pudesse ultrapassar o neoliberalismo, ou seja, que pudesse “cruzar o umbral do socialismo, de uma sociabilidade anticompetitiva, de uma cultura universalizante da política” (Ibid., p. A11). Não tardaria, entretanto, para que saísse do partido e diagnosticasse “a ausência da hegemonia” (Oliveira, 2005, p. 98).

Em *O ornitorrinco*, Oliveira lançava a hipótese, polêmica e contraintuitiva segundo Roberto Schwarz (2003, p. 14), de que esse conjunto de modificações na forma da dominação promovida pelo neoliberalismo teria também modificado a estrutura de classes. Em primeiro lugar, a representação de classe havia perdido sua base, e o poder político, a partir dela, havia se estiolado – o que retirava do horizonte qualquer que fosse a ruptura com a longa “via passiva” brasileira.²⁴ Mas esse não era o problema maior. Segundo Oliveira, as capas mais altas do antigo proletariado teriam se convertido em administradores de fundos de previdência, frutos da “última floração do *Welfare* brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais” (Oliveira, 2003c, p. 146). O imbróglio estava

²⁴ Partindo da hipótese da “via passiva” brasileira, Oliveira criaria mais adiante a categoria de “jeitinho” para explicar o caráter nacional brasileiro – “a origem do jeitinho, assim como da cordialidade teorizada por Sérgio Buarque, explica-se pela incompletude das relações mercantis capitalistas” (Oliveira, 2018 [2012], p. 144). Embora a matriz dessa ideologia estivesse no longo período escravagista, esta não explicaria a longa informalidade e os hábitos que a acompanharam. Indo adiante da hipótese da revolução passiva, Oliveira afirmava que foi mediante o “jeitinho” que a classe dominante brasileira teria driblado as saídas “jacobinas”.

no fato de que nessas funções, os trabalhadores estivessem interessados na rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiavam a reestruturação produtiva que, por sua vez, produziria desemprego (Ibid., p. 146). Ao contrário das esperanças que viam renascer o conflito hegemônico no recém empossado Governo Lula, Oliveira decretava que o Brasil-ornitorrinco estaria desprovido do momento ético-político, não haveria consciência e, portanto, tampouco hegemonia.

No mesmo ano em que publicou *O Ornitórrinco*, Oliveira participaria de um evento organizado pela CLACSO em Cuba, ocasião na qual sugeriria entender toda a América Latina como economias pertencentes à “família dos ornitorrincos”. O que as tornaria partícipes desta linhagem estaria dado pela “combinação esdrúxula de altas rendas, consumo ostentatório, acumulação de capital comandada pela revolução molecular-digital, pobreza extrema, lumpesinato moderno, avassalamento pelo capital financeiro, incapacidade técnico científica” (Oliveira, 2005 [2003], p.117). E quais seriam as vias abertas, neste contexto? A resposta vinha na forma de um impasse. O estilhaçamento das relações de classe radicalizava num grau insuspeitado as tensões sociais, o que solicitaria um passo político de tal envergadura que a própria implosão das relações de classe desautorizava esperar (Ibid., p. 114). A política institucional estaria girando em falso, pois os condicionamentos e constrangimentos impostos pela globalização tornariam “inúteis”, segundo Oliveira, as instituições democráticas e republicanas – eram os bancos centrais que se tornavam as verdadeiras autoridades nacionais.

5. Lulismo e a “hegemonia às avessas”

No ensaio “Política numa era da indeterminação”, desenvolvido entre 2001 e 2005, resultado de mais um ciclo promovido pelo CENEDIC, o sociólogo buscava explicitar melhor o impasse. Esclarecia, a partir de Rancière, o conceito de política do qual lançava mão: “os que fazem política distinguem-se por pautar minimamente os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito” (Oliveira, 2007b, p. 15). A força de uma invenção, nesse sentido, estaria na capacidade de manter o outro nos limites do campo criado, o que conferiria estabilidade ao campo político, mantendo a pauta e a agenda de questões. Oliveira, então, traduzia essa definição nos termos gramscianos: “Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia, no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens,

situações, instituições e cultura inventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante” (Ibid., p. 16).

Se o período compreendido entre 1964 e 1990 fosse visto como época de invenção política, o período subsequente mostraria que tais invenções não haviam sido suficientemente poderosas para operar um salto qualitativo (Santos, 2007, p. 292). Assim, a “Era da indeterminação” teria sido inaugurada com a “financeirização do capital”, paralelamente à “explosão da dívida externa” e da “perda de centralidade do trabalho” ocorrida devido à Terceira Revolução Industrial. Isso teria gerado, e continuado a gerar, a própria imprevisibilidade da política. “Em lugar de uma hegemonia burguesa que se alimentasse das ‘virtudes’ cívicas do mercado, requer-se permanentemente coerção estatal, sem o que o todo o edifício desaba” (Oliveira, 2007b, p. 35). Oliveira traduzia o problema, mais uma vez, aos termos de Gramsci: “na fórmula de consenso mais coerção, *a porção de coerção continua sendo a mais importante* e por isso não há nenhuma possibilidade de ‘interesses bem compreendidos’ tocquevillianos, e a república não nasce da ‘virtude’ do mercado” (Ibid., p. 36, *grifos nossos*).

Em outro artigo, o sociólogo continuaria a tentar compreender o comportamento de Lula na presidência tendo à contraluz o exemplo de Lênin. A vitória petista era entendida como uma “virtualidade” de uma “conjuntura de indeterminação” (Oliveira, 2007c, p. 261). A relação entre economia e política teria sido suspensa, no sentido da relação entre classes e representação. Ao contrário de Lênin, entretanto, que teria percebido e aprofundado a falência do sistema de poder ao dirigir o movimento para a revolução socialista, Lula teria recomposto o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização havia implodido (Ibid., p. 266). Apesar das lideranças do PT terem reconstruído o sistema político e econômico que estava em crise, não se poderia afirmar, entretanto, que o período de exceção houvesse terminado.

Para Oliveira, o processo de financeirização do capital teria instituído uma nova relação Estado-mercado, que seria levada a cabo por uma nova classe social que, entretanto, não seria detentora da soberania – ela negociaria com o capital financeiro, verdadeiro poderoso, os acessos aos fundos públicos. Por outro lado, Oliveira enfatizava a decomposição das classes trabalhadoras. Um dos traços deste processo seria a sua *exclusão da política*. Na visão do sociólogo, o “lulismo-petismo” não teria permitido que as pautas e reivindicações dos trabalhadores tomassem o centro do debate político, que havia se

esvaziado sob a forma de um “populismo emergente” (Ibid., p. 285).²⁵ Teria se tornado inadequado, portanto, falar em hegemonia, porque não haveria direção moral da sociedade. Segundo Oliveira, estaríamos, na verdade, em uma “hegemonia às avessas”.

Fruto do último ciclo de debates que Oliveira participaria no CENEDIC, essa formulação decorria do que o sociólogo colocava como uma “provocação gramsciana”, típica à era da globalização. O país precursor desta nova forma de dominação teria sido, em sua visão, a África do Sul. Em resumo, essa ideia poderia ser formulada da seguinte maneira: “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (Oliveira, 2010 [2007], p. 24). No caso da África do Sul, as classes dominadas teriam derrotado o *apartheid* e o governo oriundo dessa derrota teria se rendido ao neoliberalismo. Assim, segundo Oliveira, a liquidação do *apartheid* manteria o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitimava a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso.

O Brasil estaria próximo deste caso. A “Era da invenção” teria não apenas fornecido a direção moral da sociedade brasileira em relação à resistência à ditadura, como também teria criado a ideia de que a pobreza e a desigualdade estariam no primeiro plano da política. Neste sentido, o Bolsa Família poderia ser comparado à derrota do *apartheid*, bem como a eleição de Lula parecia ter desafiado os preconceitos de classe e as barreiras da desigualdade. Assim, a condição de mito à qual Lula seria elevado teria como resultado prático a despolitização da questão da pobreza e da desigualdade, de modo que ela passasse a figurar como um problema puramente administrativo. Além disso, em seu primeiro mandato, o presidente teria cooptado os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, o que teria enfraquecido a atuação e a agenda dos movimentos sociais. Em suma, a vitória de Lula teria anulado as esquerdas no país, inaugurando, assim, um fenômeno novo – a “hegemonia às avessas”.

²⁵ Outros autores como o cientista político André Singer, que alguns anos depois assumiria a direção do CENEDIC, divergiram de Oliveira sobre o fenômeno. Contrário à hipótese da exclusão da política, o cientista político considerava que o lulismo teria mexido “com um conflito nuclear no Brasil, aquele que opõe ‘incluídos e ‘excluídos’” (Singer, 2012, 40-43). Em coautoria com Leonardo Belinelli Brito, refleti sobre os pontos de encontro e distância entre ambos os autores em “Crise da política contemporânea no Brasil: notas de um debate sobre o lulismo” (Góes; Brito, 2015). Dentre os gramscianos, Coutinho adotaria outro caminho interpretativo para pensar o lulismo, como se vê em “Hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010); Werneck Vianna, por sua vez, persistiria a interpretar o período lulista como uma “revolução passiva” (Werneck Vianna, 2007).

Oliveira esclareceria, ainda, que o mandato conferido a Lula não carregava expectativas revolucionárias de seu eleitorado, mas expectativas intensamente reformistas de “avanços na socialização da política em termos gerais e, especificamente, alargamento dos espaços de participação nas decisões da grande massa popular, intensa redistribuição da renda num país obscenamente desigual e, por fim, uma reforma política e da política que desse fim à longa persistência do patrimonialismo” (Oliveira, 2010, p. 369). A resultante, contudo, teria sido contrária à esperada. Ou melhor, teria sido o seu avesso. A justificativa para isso seria o “eterno argumento dos progressistas conservadores”, de que seria preciso apoio no Congresso para governar e, sem ele, o país seria ingovernável. “Daí a necessidade de uma aliança ampla. Ou de uma coalizão acima e à margem de definições ideológicas. Ou, mais simplesmente, de um pragmatismo irrestrito” (Ibid., p. 369). FHC teria buscado, com esse argumento, justificar a maior mudança ideológica que se viu no país, assolado, segundo Oliveira, pela longa tradição nacional do “transformismo”.

Retomando a interpretação de sua obra-mestra, Oliveira negava a hipótese de que que o atraso governasse o país, como na tese da “revolução passiva” defendida por Luiz Werneck Vianna. Ao contrário, para o sociólogo, prevaleceriam as modernizações, mesmo que com traços conservadores. Ou seja: no amálgama entre “atraso” e “moderno”, era o segundo polo que funcionalizaria o primeiro e não o contrário. Para ele, a chegada de FHC ao poder teria resultado num programa que nem mesmo Margaret Thatcher teria ousado realizar em seu país. Manipulando o fetiche da moeda estável, o presidente do PSDB teria retirado do Estado brasileiro a capacidade de fazer política econômica. Com os dois mandatos, os “tucanos” teriam operado um *tournant* do qual seu sucessor veio a ser prisioneiro – com a peculiaridade de que Lula teria radicalizado o descumprimento de um mandato que lhe foi conferido para reverter o desastre de FHC. Seria nesse contexto que operaria a “hegemonia às avessas”, em que a “herança marxista-gramsciana poderia ser o ponto de partida”, mas que já não seria mais “o ponto de chegada” (Oliveira, 2010 [2007], p. 27).

6. Considerações finais

Francisco de Oliveira não pode ser considerado propriamente um gramsciano, segundo a acepção que os estudos especializados costumam entendê-lo: o sociólogo não se dedicou aos conceitos de Gramsci tomando-os como objeto de investigação independente, mas recorreu a eles de modo livre, ainda que de forma constante, tomando-

os enquanto ferramentas heurísticas. Ainda assim, entende-se ser possível apreender no trabalho de Oliveira uma relação de analogia entre o Brasil e a situação italiana analisada por Gramsci, através do uso de seus conceitos – notadamente o de hegemonia, mas também o de revolução passiva – os quais tensionados pelo contexto brasileiro se desenvolveram em sua obra em interpretações originais. A tensão própria ao desafio teórico da tradução, entre categorias e realidade, o levaria mesmo à recusa do conceito de hegemonia frente à constatação de uma nova forma de dominação social.

Em consonância com Gramsci, para quem o significado mais realista e concreto de democracia deveria ser deduzido em conexão com o conceito de hegemonia,²⁶ o uso da categoria por Oliveira parece estar intimamente relacionado à própria concepção que desenvolve a respeito da política. Apesar dos distintos momentos de produção do sociólogo – desde a aposta socialista no PT, passando pela socialdemocracia e chegando, enfim, à crítica radical e ao desencantamento – lança-se a hipótese de que seria possível compreender a tradução da hegemonia por Oliveira entendida enquanto espaço mútuo de reconhecimento do conflito entre as classes que abriria, ao menos virtualmente, brechas para sua própria negação. Se na ditadura, as brechas tivessem sido fechadas pela força,²⁷ na conjuntura contemporânea seria o seu inverso. A anulação do conflito teria passado a apresentar face totalitária pela via do consentimento.²⁸ Sob o signo da exclusão, tratava-se da dominação burguesa em sua forma mais descarada.

7. Bibliografia

Almeida, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1997.

Arantes, Paulo. “Prólogo”. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

²⁶ “Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente” (C. 8, § 191, p.).

²⁷ “O golpe de Estado de 1964 e toda sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta” (Oliveira, 2000 [1997], p. 64).

²⁸ Paulo Arantes ajudava a esclarecer a fórmula difícil de Oliveira, que considerava certa, mas de exposição incerta: “não são mais os dominados que consentem na sua própria exploração, são os capitalistas que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, desde que a ‘direção moral’ exercida paradoxalmente por estes últimos não questione a forma da exploração capitalista (...)” (Arantes, 2014, p. 349).

- Aricó, J. *La cola del diablo*. Itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2014 [2005].
- Bianchi, Alvaro. “O Brasil dos Gramscianos”. *Gramsci entre dois mundos: política e tradução*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020a.
- Bianchi, Alvaro. “Palavras-chave”. *Gramsci entre dois mundos: política e tradução*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020b.
- Bianchi, Alvaro. “Classe política e crise da democracia”. *Gramsci entre dois mundos: política e tradução*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020c.
- Braga, Ruy. “Apresentação”. In: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Braga, Ruy. “Obra de Chico de Oliveira é bússola em momento sombrio do país”, *Revista Época*, 10 de julho de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/artigo-obra-de-chico-de-oliveira-bussola-em-momento-sombrio-do-pais-23797036>. Acesso em 24 de maio de 2021.
- Castilho, Eriberto Peres. “Formação Econômica do Brasil no pensamento de Francisco de Oliveira”, Programa de Pós-graduação em História social [*Dissertação de mestrado*], Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- Cevasco, Maria Elisa. “Reverse hegemony?”. In: Jameson, Frederic; Dainotto, Roberto. *Gramsci in the world*. Durham: Duke University press, 2020.
- Ciccarelli, Roberto. “Guerra de posição”. In: Voza, P.; Liguori, G. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017,
- Cohn, Gabriel. “Contemporaneidade tensa”. In: Rizek, Cibele; Romão, Wagner de Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- Coutinho, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- Coutinho, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Fraser, Nancy. “O rei populista está nu”. Entrevista a Bhaskar Sunkara. In: *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020 [2019], iBooks.
- Fraser, Nancy; Jaeggi, Rahel. *Capitalism, a conversation in Critical Theory*. Editado por Brian Milstein. Cambridge: Polity Press, 2018.
- Góes, Camila; Ricupero, Bernardo. “Revolução Passiva no Brasil: uma ideia fora do lugar?”. *Tempo da Ciência (UNIOESTE)*, v. 20, p. 159-190, 2014.
- Góes, Camila; Brito, Leonardo Belinelli. “Crise da política contemporânea no Brasil: notas de um debate sobre o lulismo”. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 6, n. 2, 2015.
- Góes, Camila. “Presença e a renovação frustrada: centralidade democrática e os caminhos da revolução passiva brasileira”. In: Gramsci e a dialética da tradução na América Latina: o caso das revistas Pasado y Presente e Presença [*Tese de Doutorado*]. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- Gramsci, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- Maar, Wolfgang Leo. “A teoria crítica da sociedade brasileira de Francisco de Oliveira”. In: Rizek, Cibele; Romão, Wagner de Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

- Mendes, Flávio da Silva. “O ovo do Ornitórrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira”. [Tese de Doutorado]. Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- Mello e Silva, Leonardo. “Chico de Oliveira, sociólogo”. In: Rizek, Cibele; Romão, Wagner de Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- Mouffe, Chantal. *The Return of the Political*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2005 [1993].
- Mouffe, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. Londres, Nova Iorque: Verso, 2013 Edição do Kindle.
- Mouffe, Chantal, “Introdução”. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- Oliveira, Francisco. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008 [1977].
- Oliveira, Chico de. “Brasil só é futebol por causa da pobreza do povo”, *Jornal Movimento*, 12 de junho de 1978.
- Oliveira, Francisco. “Introdução”. In: Pedrosa, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: CHED, 1980a.
- Oliveira, Francisco. “O capitalismo não volta atrás”. Entrevista dada a Assis Ângelo, *Folha de S. Paulo*, 2 de março de 1980b.
- Oliveira, Francisco. “Emprego, um sonho em extinção”. Entrevista dada a Jorge Pinheiro, *Folha de S. Paulo*, 13 de abril de 1980c.
- Oliveira, Francisco. “Tancredando pelo socialismo”. Entrevista dada a André Singer, *Ilustrada. Folha de S. Paulo*, 13 de outubro de 1984.
- Oliveira, Francisco, “Qual é a do PT?”. In: Sader, Emir (org.). *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Oliveira, Francisco. “O surgimento do antivalor”. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998 [1988].
- Oliveira, Francisco. “O oitavo dia da criação”. *Collor: a falsificação da Ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- Oliveira, Francisco. “A questão regional: a hegemonia inacabada”, *Estudos avançados*, 7(18), 1993a.
- Oliveira, Francisco. “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”. *Novos Estudos* n. 36, julho de 1993b.
- Oliveira, Francisco. “Quem tem medo da governabilidade?”. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998 [1995].
- Oliveira, Francisco. “Além da hegemonia, quem da democracia?”. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. São Paulo: Vozes, 1998 [1997].
- Oliveira, Francisco. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: Oliveira, Francisco; Paoli, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000 [1997].
- Oliveira, Francisco. “A quase hegemonia”. Entrevista realizada por Ana Maria Mandim e publicada na *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 1998, p. 1-4. Também incluída em *Os direitos do anti valor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- Oliveira, Francisco. “Reforma e contrarreforma do Estado no Brasil”. In: Bocayuva, Pedro C. C.; Veiga, Sandra M. (orgs.). *Afinal, que país é este?*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002a.

- Oliveira, Francisco de. “Entre São Bernardo e a avenida Paulista?” *Folha de S. Paulo*, 29 de dezembro de 2002b.
- Oliveira, Francisco. *A crítica da razão dualista [1972]/ O Ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo, 2003c.
- Oliveira, Francisco. “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*, São Paulo: Boitempo, 2003a.
- Oliveira, Francisco. “Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?”. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*, São Paulo: Boitempo, 2003b.
- Oliveira, Francisco. “Há vias abertas para a América Latina?”. In: Boron, Atílio. *Nova Hegemonia Global: alternativas de mudança e movimentos sociais*. São Paulo: CLACSO, 2005 [2003].
- Oliveira, Francisco de. "O Enigma de Lula: Ruptura ou Continuidade?", in: Estanque, Elísio et al (Eds.), *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. Editora Cortez. São Paulo: [s.n.], 2005.
- Oliveira, Francisco. “Quem canta de novo L’Internationale?”. *Brasil: uma biografia não autorizada*, São Paulo: Boitempo, 2018 [2005].
- Oliveira, Francisco. “O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil”. *Brasil: uma biografia não autorizada*, São Paulo: Boitempo, 2018 [2006].
- Oliveira, Francisco. “Um crítico na periferia do capitalismo”. In: Cevasco, Maria Elisa; Ohata, Milton. (Orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.
- Oliveira, Francisco. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- Oliveira, Francisco. “O momento Lênin”. In: Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele (orgs). *A Era Da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007c.
- Oliveira, Francisco. “Hegemonia às avessas”. In: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010 [2007].
- Oliveira, Francisco. “O avesso do avesso”. In: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Oliveira, Francisco. “Jeitinho e jeitão”. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo 2018 [2012].
- Paoli, Maria Célia. “Apresentação e introdução”. In: Oliveira, Francisco; Paoli, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000 [1997].
- Rancière, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*; tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.
- Rizek, Cibele; Romão, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- Santos, Laymert Garcia dos. “Brasil contemporâneo: estado de exceção?”. In: Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele (orgs). *A Era Da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Santos, Boaventura de Souza. “El nuevo interregno”. In: *Izquierdas del mundo, ¡únanse! y otros ensayos*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020a.
- Santos, Boaventura de Souza. “Brasil: la fractura del desgaste de gobernar”. In: *Izquierdas del mundo, ¡únanse! y otros ensayos*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020b.

- Santos, Boaventura de Souza. “Para alimentar la llama de la esperanza”. n: *Izquierdas del mundo, ¡únanse! y otros ensayos*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020c.
- Schwarz, Roberto. “Fim de século”. *Sequências Brasileiras*, São Paulo: Companhia das letras, ([1994] 1999).
- Schwarz, Roberto. “Prefácio com perguntas”. Oliveira, Francisco, *Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- Sousa, Bezerra Ferreira Inara. “O jornal *Movimento*: a experiência na luta democrática”. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História [*Dissertação de mestrado*], Brasília, 2014.
- Streeck, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a Failing System*. Londres/ Nova Iorque: Verso, 2016.
- Szwako, José. “Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do CENEDIC”, *Lua Nova*, n. 78, 2009.
- Szwako, José. “A tarefa da crítica ou Frankfurt nos trópicos”, *Revista Fevereiro*, n. 6, setembro de 2013.
- Vianna, Luiz Werneck. Entrevista realizada por Gisele Araújo, Christian Lynch, Joëlle Rouchou e Antonio Herculano. *Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, ano 4, n.4, 2010, p. 344-366.
- Vianna, Luiz Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- Vianna, Luiz Werneck. “O Estado Novo do PT”, *Gramsci e o Brasil*, julho de 2007. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>. Acesso em 24 de maio de 2021.